

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Futuro governo terá diagnóstico do país..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO

Empresas na UE cortam conta de luz com trabalho remoto..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tribunais impedem cobrança de tributos sobre cargas roubadas..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Moraes bloqueia contas de 43 suspeitos de financiar atos..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Apenas seis estados brasileiros apresentaram redução na taxa de desemprego..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Lula dá a largada na contramão do que levou ao sucesso de seus dois governos..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo terá superávit e reduzirá dívida, mas não em 24 horas, afirma Alckmin..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como Lula 3 ainda pode dar muito certo - VINICIUS TORRES FREIRE..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A PEC da Transição e seus riscos - CELSO MING..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin não vê motivo para "estresse" e cita pente-fino em contratos..... 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin: teto sairá da Constituição, e reforma tributária será retomada..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Alckmin, Lula é exemplo de responsabilidade fiscal..... 19

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin: Estamos frente a um problema emergencial, que está sendo corrigido no Orçamento
..... 21

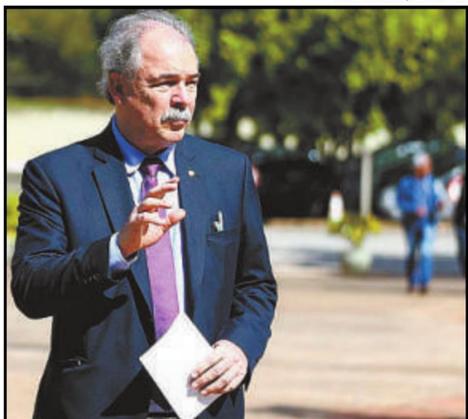
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Londres aumentará impostos e cortará gastos para conter crise..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

| | |
|--|----|
| Políticas públicas no novo governo - NAERCIO MENEZES FILHO..... | 23 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| 'É preciso ter calma. O país não vai quebrar', afirma Berenguer..... | 24 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA | |
| Petista reaproxima Brasil de Portugal..... | 25 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA | |
| Governo diminui estimativa para o PIB em 2023..... | 26 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA | |
| Prazo do Bolsa Família extrateto gera impasse..... | 27 |
| ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA | |
| Como o resultado da Copa influencia a economia (Artigo)..... | 29 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA | |
| Lula enfrenta a real herança maldita - REINALDO AZEVEDO..... | 30 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA | |
| PT cederá em exceção permanente para Bolsa Família, mas exige 4 anos..... | 32 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA | |
| Lira tem colaborado e pode compor base de Lula, diz líder do PT..... | 35 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA | |
| PEC pode levar dívida pública a bater 90% do PIB no mandato de Lula..... | 37 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| PEC é alvo de críticas de economistas; "Se Bolsa cair, paciência", reage Lula..... | 39 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA | |
| País tem 2,6 milhões à procura de vaga há mais de 2 anos..... | 42 |
| O GLOBO - RJ - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| Novo governo britânico dá guinada e aumenta impostos..... | 43 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| Quem vai pagar pela PEC da transição? - CLAUDIA SAFATLE..... | 44 |

Futuro governo terá diagnóstico do país



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

“

Os grupos de trabalho vão preparar sugestões, que depois serão revistas pelo ministro nomeado e que terão que ser pactuadas com o presidente da República”

■ Aloizio Mercadante, um dos coordenadores dos grupos de transição

O ex-ministro e ex-senador Aloizio Mercadante, um dos coordenadores da equipe de transição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), informou, ontem, que o petista retomará sua agenda no Brasil na próxima semana, para avaliar a indicação dos futuros ministros e também um relatório preliminar dos trabalhos de cada um dos 30 grupos temáticos, que será apresentado no próximo dia 30. Os grupos estão responsáveis por fazer um diagnóstico do Estado brasileiro, que contém informações e cenários que possam exigir algum tipo de decisão antes da posse. Ele ressaltou que os dados levantados serão entregues aos ministros e equipes que assumirem no governo, com sugestões de revogação de normas e avaliação das estruturas da administração pública. Em seguida, uma avaliação mais detalhada dos programas de governo deverá ser entregue em 11 de dezembro.

"Os grupos de trabalho vão preparar sugestões, que depois serão revistas pelo ministro nomeado e que terão que ser pactuadas com o presidente da República. Então, isso é um processo. Vamos aguardar esse caminho para que a gente tenha segurança daquilo que tem que ser revogado", disse o coordenador. Ele afirmou que o tamanho dos grupos de transição não pode afetar a eficiência e entregas desses comitês. Em entrevista a jornalistas, Mercadante explicou o funcionamento desses grupos, diante de "muita expectativa" e divergências sobre o entendimento do papel de cada um. Segundo ele, muitas informações foram requisitadas pela coordenação-geral da transição e já estão sendo distribuídas aos grupos técnicos. Ele destacou os relatórios recebidos do Tribunal de Contas da União (TCU) e disse que a transição quer uma "análise detalhada" desses documentos. "Grupos podem se reportar a auditores respectivos", afirmou, ressaltando a conclusão da corte de Contas de que o Bolsa-

Família teria o melhor desenho entre os programas de distribuição de renda. "É muito mais eficiente do que temos hoje", disse. "Estamos identificando problemas muito graves em várias áreas relevantes", revelou.

Mercadante, que foi ministro de governos do PT, fez uma apresentação sobre os trabalhos dos 30 grupos temáticos formados para a transição. Até o momento, 285 pessoas foram incorporadas à equipe, a grande maioria voluntários e **servidores públicos** requisitados, e 13 nomeadas para cargos comissionados previstos na legislação, além do coordenador-geral, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB). A equipe de transição tem direito de nomear até 50 pessoas em cargos remunerados. No entanto, segundo Mercadante, nem todos devem ser preenchidos, e a ideia é usar parte dos recursos com cargos para atividades de custeio, como pagamento de passagens de especialistas voluntários.

O ex-ministro criticou a falta de recursos no Orçamento de 2023 para várias áreas, como manutenção de estradas e saúde. "O Dnit [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes] tem o menor orçamento nominal da sua história. Tivemos 63 pontos de interrupção [de rodovias] em Minas Gerais, duas pontes que caíram no Amazonas e não tem recurso de manutenção. São 60 mil quilômetros de estradas sob responsabilidade do governo federal", alertou.

Ele citou ainda insuficiência de recursos para tratamento de câncer na rede pública, além do número de cirurgias eletivas que foram adiadas por conta da pandemia de COVID-19. O coordenador citou também a falta de livros didáticos para estudantes do ensino básico. "Como vai começar ano letivo com 12 milhões de crianças sem livro didático?", questionou.

"Não queremos trazer para o nosso governo as pendências do governo anterior", disse. Um dos problemas identificados, segundo o coordenador, "é a falta de orçamento para saúde e infraestrutura", disse.

Ao falar sobre a visão do Brasil no mundo, Mercadante se colocou otimista. "O Brasil pode ser uma grande plataforma de atração de investimentos. Vou lembrar vocês de que no governo Lula o Brasil era o país que mais recebeu investimento direto e vai voltar", afirmou.

Mercadante disse ainda que o grupo da defesa nacional no gabinete de transição só será feito com o aval de Lula. "Do GT de defesa, acho que vamos ter

uma excelente composição, mas nós só vamos bater o martelo com o presidente. Como o presidente viajou e teve uma agenda muito pesada, com muita coisa acontecendo, nós vamos esperar, não faz diferença nenhuma", afirmou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/11/2022/p1>

Empresas na UE cortam conta de luz com trabalho remoto

Margherita Stancati Dow Jones Newswires

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187384?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187384?page=1§ion=1>

Tribunais impedem cobrança de tributos sobre cargas roubadas

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187384>

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187384>

Moraes bloqueia contas de 43 suspeitos de financiar atos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou o bloqueio das contas bancárias de dez pessoas e de 33 empresas suspeitas de financiar atos com mensagens antidemocráticas que bloquearam rodovias em todo o País após o resultado das eleições. Moraes ainda mandou que a Polícia Federal colha depoimentos dos citados em até dez dias.

No despacho, datado do dia 12, o ministro relata que informações prestadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) indicam que empresários estariam financiando as manifestações com fornecimento de estrutura completa "para a manutenção do abuso do direito de reunião, além do fornecimento de diversos caminhões para o reforço da manifestação criminosa". Moraes entendeu que o "potencial danoso" dos atos foi aumentado em razão da condição financeira dos empresários envolvidos.

Como o Estadão mostrou, relatórios das Polícias Civil, Militar e Federal, além do Ministério Público nos Estados, indicam que entre líderes e financiadores dos protestos estão políticos, policiais e ex-policiais, **servidores públicos**, sindicalistas, empresários do agronegócio e donos de estandes de tiro. Em São Paulo, por exemplo, a polícia identificou chaves Pix que podem ter sido usadas para abastecer os bloqueios com recursos.

Moraes ainda apontou "abuso reiterado do direito de reunião, direcionado, ilícita e criminosamente, para propagar o descumprimento e desrespeito ao resultado do pleito com consequente rompimento do estado democrático de direito e a instalação de um regime de exceção".

"O deslocamento inautêntico e coordenado de caminhões para Brasília, para ilícita reunião nos arredores do Quartel-General do Exército, com fins de rompimento da ordem constitucional pode configurar o crime de abolição violenta do estado democrático de direito", escreveu.

No dia 10, o ministro determinou aos chefes das Polícias Federal e Rodoviária Federal que identificassem os donos dos veículos, com vistas à aplicação de multa fixada pelo Supremo em razão da participação nos bloqueios.

Ontem, o governo do Distrito Federal encaminhou ao STF uma lista com os nomes dos donos de 234 caminhões que engrossariam as manifestações na frente do QG do Exército - alguns dos nomes coincidem com os que aparecem na lista de contas bancárias bloqueadas por ordem de Alexandre de Moraes.

SETE DE SETEMBRO. O despacho consta nos autos de uma petição sigilosa derivada do inquérito 4879, que mira a organização de manifestações no Dia da Independência, em 2021. A investigação foi aberta a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, citou o inquérito 4879 ao requerer relatórios detalhados com identificação de veículos envolvidos em bloqueios de estradas. Ele observou que o modo de agir foi semelhante nas duas ocasiões. A informação foi reforçada por Moraes. Vasques tirou férias nesta semana (mais informações nesta página).

Citado na lista, o Banco Rodobens divulgou nota em que informa que identificou suposta participação de "clientes com financiamentos na modalidade de leasing, em que a propriedade é do banco e o cliente arrendatário tem a posse direta do caminhão". A empresa nega participação nos atos. Os outros citados não se manifestaram.

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Moraes bloqueia contas de 43 suspeitos de financiar atos

Apenas seis estados brasileiros apresentaram redução na taxa de desemprego

Fernanda Strickland

Somente seis das 27 unidades da Federação apresentaram redução na taxa de desemprego na passagem do segundo para o terceiro trimestre. Nos demais 20 estados e no Distrito Federal, os índices de desocupação mostraram estabilidade, com variações de pouco significado estatístico. Além disso, 27,2% dos desempregados em todo o país - um contingente de 2,6 milhões de brasileiros - estavam há mais de dois anos procurando por uma vaga no mercado de trabalho. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, e foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento, as reduções ocorreram em Minas Gerais, Paraná, Maranhão, Acre, Ceará e Rondônia e foram determinantes para que a taxa geral de desemprego no país caísse de 9,3% para 8,7%, conforme havia sido antecipado pelo IBGE no fim de outubro.

Entre as cinco regiões, o Nordeste continuou com a maior taxa de desocupação (12,0%). Dos 10 estados com maior índice de desemprego, seis são daquela região. Já as menores taxas, no terceiro trimestre, ficaram com Rondônia (3,9%), Mato Grosso (3,8%) e Santa Catarina (3,8%). O Sul foi a região com a menor proporção (5,2%) e os seus três estados registraram percentuais abaixo da média nacional.

Luta diária

Bruno Alves, 40 anos, contou que está desempregado há seis anos. Em 2016, ele foi demitido da função de assistente administrativo na Polícia Civil do DF. Desde então, tem conseguido apenas serviços esporádicos, como preenchimento de declarações de Imposto de Renda e cálculos previdenciários. Há dois anos, começou a estudar para prestar concurso do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Mesmo realizando esses trabalhos, Bruno enfrenta muita dificuldade para manter as contas de casa em dia. Embora a esposa e a mãe, que moram com ele, ajudem com as despesas, a colaboração de amigos e da igreja que a família frequenta tem sido fundamental para evitar aperto no fim do mês.

Para poder comer aqui em casa, contamos com o apoio de muitos amigos e da igreja, com doações de cestas básicas e outras coisas, explicou Bruno. Com isso, conseguimos pagar as contas. Se não tivéssemos o apoio dos irmãos da igreja, não sei o que seria de nós, disse.

Para o economista chefe da Gladius Research, Benito Salomão, a dificuldade de arrumar emprego atinge, principalmente, as camadas menos qualificadas da população. O trabalhador qualificado vai conseguir emprego em qualquer circunstância. Mas, aquele trabalhador pouco qualificado é facilmente substituído por uma máquina ou algoritmo; logo, terá mais dificuldade, afirmou.

Salomão observou que há uma mudança estrutural no mercado de trabalho mundial. Essa mudança está relacionada com o padrão tecnológico global. A 4ª revolução industrial emprega tecnologia que dispensa mão de obra, que poupa o trabalho humano, esse é o grande problema.

Segundo o doutor em sociologia política João Lucas Moreira, as pesquisas mostram que muitos desempregados desistiram de encontrar uma vaga. Esse fato está relacionado ao tempo em que eles estão na fila do desemprego, numa espécie de círculo vicioso, apontou. Ficar muito tempo buscando trabalho tende a gerar uma redução gradual do capital humano dos desempregados, disse. É provável que, na próxima Pnad, o desemprego de longa duração caia um pouco, porque é difícil ter novas quedas grandes. Para isso, precisaríamos de um crescimento econômico muito forte, o que não está no radar a curto prazo, frisou.

Informalidade ainda elevada

A existência de um elevado número de pessoas sem registro e à margem da proteção da lei continua sendo um dos principais problemas do mercado de trabalho brasileiro, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad) Contínua. No terceiro trimestre, a taxa de informalidade registrada no país foi de 39,4%. Os maiores percentuais estavam no Pará (60,5%), no Maranhão (59,1%) e no Amazonas (57,1%). Já Santa Catarina (25,9%), Distrito Federal (29,8%) e São Paulo (30,6%) tinham as menores proporções.

A taxa de informalidade apresentou queda para o total nacional, e entre as maiores reduções nesse indicador se destacam Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Pernambuco e Rio Grande do Norte, informou a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy. Entre a população considerada informal estão os empregados domésticos e do setor privado sem carteira assinada, os empregadores e trabalhadores por conta própria sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares.

No terceiro trimestre, apenas 25,3% dos trabalhadores domésticos do país tinham carteira assinada. Entre os empregados do setor privado, a proporção dos registrados era de 73,3%, com menores percentuais no Norte (57,7%) e no Nordeste (57,3%). Santa Catarina (88,4%), Rio Grande do Sul (81,3%) e São Paulo (81,2%) foram os estados com os maiores índices de trabalhadores formalizados. Já as menores taxas foram as do Maranhão (47,0%), do Piauí (48,5%) e do Pará (50,3%).

Diferenças

Outro recorte da pesquisa mostra como o desemprego afeta de forma diversa diferentes grupos sociais. A taxa de desocupação de homens (6,9%) continua abaixo do índice nacional (8,7%), enquanto a das mulheres segue bem acima (11%). A desocupação caiu tanto entre os homens quanto entre as mulheres, mas a distância entre os dois grupos vem aumentando, com as mulheres tendo um percentual (de desemprego) bem superior ao dos homens, destacou Adriana Beringuy.

As disparidades são evidentes também quando o critério de classificação é a cor da pele. As taxas de desocupação de pretos (11,1%) e pardos (10%) ficaram acima da média do país. Já a dos brancos seguiu abaixo: 6,8%. Em relação ao nível de ocupação (percentual de pessoas em idade de trabalhar que estão efetivamente ocupadas), a proporção de homens era de 67,6%, enquanto a de mulheres não passava de 47,5%. A maior diferença estava no Norte, de 24,7 pontos percentuais entre os dois grupos.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/11/5052698- apenas-seis-estados-brasileiros-apresentaram-reducao-na-taxa-de-desemprego.html>

Lula dá a largada na contramão do que levou ao sucesso de seus dois governos

Fernando Canzian

SÃO PAULO

Ao defender furar o teto de gastos como "responsabilidade social" e tentar manter fora da atual âncora fiscal despesas do Bolsa Família ressuscitado, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) embarca na contramão do caminho que levou ao sucesso de seus dois governos, entre 2003 e 2010.

Estimativas apontam um valor mínimo de R\$ 175 bilhões ao ano, equivalente a cerca de 2% do **PIB**, o que o novo governo quer manter fora do teto ao longo de seu mandato.

O valor pressionará o aumento da dívida pública e tornará muito difícil a Lula conseguir terminar seu governo (com essas despesas adicionais) realizando um superávit primário de 2% do **PIB**, considerado necessário para estabilizar a dívida pública em relação ao **PIB**.

O superávit primário é a economia que o governo deveria fazer, entre arrecadação e despesas, para pagar juros da dívida pública. Se não o faz, a dívida aumenta, e o mercado exigirá juros cada vez mais altos do governo para financiá-lo.

Isso compromete investimentos produtivos e encarece empréstimos a consumidores, derrubando a economia. Também acaba levando a mais **inflação**, à medida que o governo terá de emitir dinheiro para financiar gastos e o pagamento de juros, trazendo um cenário de estagflação (recessão com **inflação**).

Dados dos últimos 20 anos deixam claro que a responsabilidade fiscal e os superávits primários foram fundamentais para que Lula fizesse mais pelo social - como diz ser sua prioridade agora.

Ao realizar superávits todos os anos, entre 2003 e 2010, para reduzir a dívida pública, Lula obteve taxa média anual de crescimento do **PIB** de 4% (quase o dobro da era FHC), baixou o desemprego, a miséria, a **inflação**, o dólar e aumentou os investimentos no país.

Isso ocorreu pelo fato de os agentes econômicos (empresas, mercado financeiro, empreendedores)

confiarem na solvência do país com a diminuição da dívida pública proporcionada pelos superávits.

Com isso, o governo pagou juros mais baixos para se financiar, afastando a necessidade de um eventual aumento da carga tributária para pagar a dívida. Deu-se, então, um ciclo virtuoso de crescimento sustentável.

Ponto que Lula mais enfatiza em seus discursos, o período de superávits contribuiu para que seu governo cortasse à metade o total de miseráveis no Brasil, de 29% em 2003, para 14% em 2010.

Segundo dados da FGV Social daquele período, quanto mais pobre, maior foi o aumento real na renda, o que contribuiu para a travessia de milhões de brasileiros da classe D/E para a C -agora mais próxima do bolsonarismo.

A taxa de pobreza extrema inclusive continuou caindo quando Lula deixou a Presidência. Mas só até quando sua sucessora, Dilma Rousseff, interrompeu o controle de gastos e deixou de fazer superávits, a partir de 2014. Dali em diante, todos os indicadores pioraram, e o Brasil viveu a estagflação ao final do governo Dilma.

Os gráficos abaixo mostram detalhes dessa trajetória.

O longo período de baixo crescimento que se seguiu ao fim dos superávits em 2014 afetou diretamente os mais pobres e os trabalhadores informais, agora alvos de programas sociais como o Auxílio Brasil e da polêmica em torno da responsabilidade fiscal versus social.

É bastante provável que, se o Brasil tivesse mantido as contas em ordem, a queda da renda e o aumento da informalidade não teriam sequer existido nos últimos anos. Pois foi quando empresários e o mercado passaram a apostar, a partir de 2014, que haveria um estouro na dívida pública que eles reduziram drasticamente investimentos no Brasil.

O resultado dessa retração diante do descontrole fiscal acabou afetando sobretudo aqueles que Lula agora diz querer ajudar. Quanto mais pobre, maior é hoje o grau de informalidade no trabalho -e maior a queda de renda na última década.

O período de desarranjo das contas públicas e de baixo crescimento foi tão agudo que até mesmo o aumento da escolaridade dos mais pobres foi insuficiente para que conseguissem aumentar sua renda.

Na metade mais pobre do país, enquanto os anos de estudo aumentaram 27% entre 2012 e 2021, a renda caiu 26,2%. É como se todo o esforço educacional deles não tivesse surtido efeito algum -em termos de renda- por conta do baixo crescimento engendrado pelo fim da responsabilidade fiscal.

A grande questão agora é como retomar a responsabilidade fiscal (e os superávits primários) em um cenário de Orçamento apertado e com imensas demandas sociais.

Persio Arida, da equipe de transição de Lula, defendeu nesta semana a necessidade de "revisar os gastos" do governo. "Vemos camadas e camadas de gastos que perderam o sentido", disse.

Sobre esse ponto, o Brasil deixa de arrecadar mais de R\$ 300 bilhões todos os anos com benefícios tributários concedidos a empresas e setores -quase o dobro do que a chamada PEC da Transição poderá custar para adequar o Orçamento de 2023 e atender as promessas de campanha de Lula.

Os chamados benefícios tributários, financeiros e creditícios a setores e empresas dobraram nos governos Lula e Dilma e hoje equivalem a quase 4,5% do **PIB**. Grande parte deles refere-se ao Simples, que tem levado muitos empresários individuais a pagarem, proporcionalmente, menos impostos.

Mas, mesmo que se mantenha o Simples, especialistas veem muito espaço para cortes nesses benefícios. Análise do Banco Mundial sobre políticas de incentivos em Brasil, Austrália, Canadá, Coreia do Sul e México concluiu que só o caso brasileiro resultou na combinação de aumento dos gastos tributários e queda na arrecadação -sugerindo que eles não aceleraram o crescimento.

O Brasil também gasta cerca de 25% do **PIB** (R\$ 2,2 trilhões) na área social, incluindo saúde, educação e Previdência. Enquanto vigorou, o Bolsa Família consumia pouco mais de 0,5% do **PIB** (cerca de 43,5 bilhões a preços de 2021), sendo bem-sucedido por conta da focalização.

Especialistas defendem, por exemplo, um programa que chegasse a 1% do **PIB** (quase R\$ 90 bilhões), mas muito bem focalizado, e que leve em conta as vulnerabilidades de cada família e número de filhos, entre outros fatores.

A proposta de Lula (assim como a de Jair Bolsonaro) prevê, ao contrário, um valor linear de R\$ 600 a todos os atendidos, independentemente do tamanho da família e de suas necessidades. Isso só torna o programa mais caro e sem foco naqueles que de fato estão na pobreza extrema -cerca de 14% dos brasileiros (30 milhões).

Diante da precariedade das contas públicas e da experiência pregressa, Lula e equipe poderiam se debruçar sobre o que deu certo, e onde é possível economizar e melhorar a eficiência da despesa pública.

Como a trajetória de Lula e Dilma na Presidência demonstrou, há dois caminhos a seguir. Lula parece estar pegando a via errada.

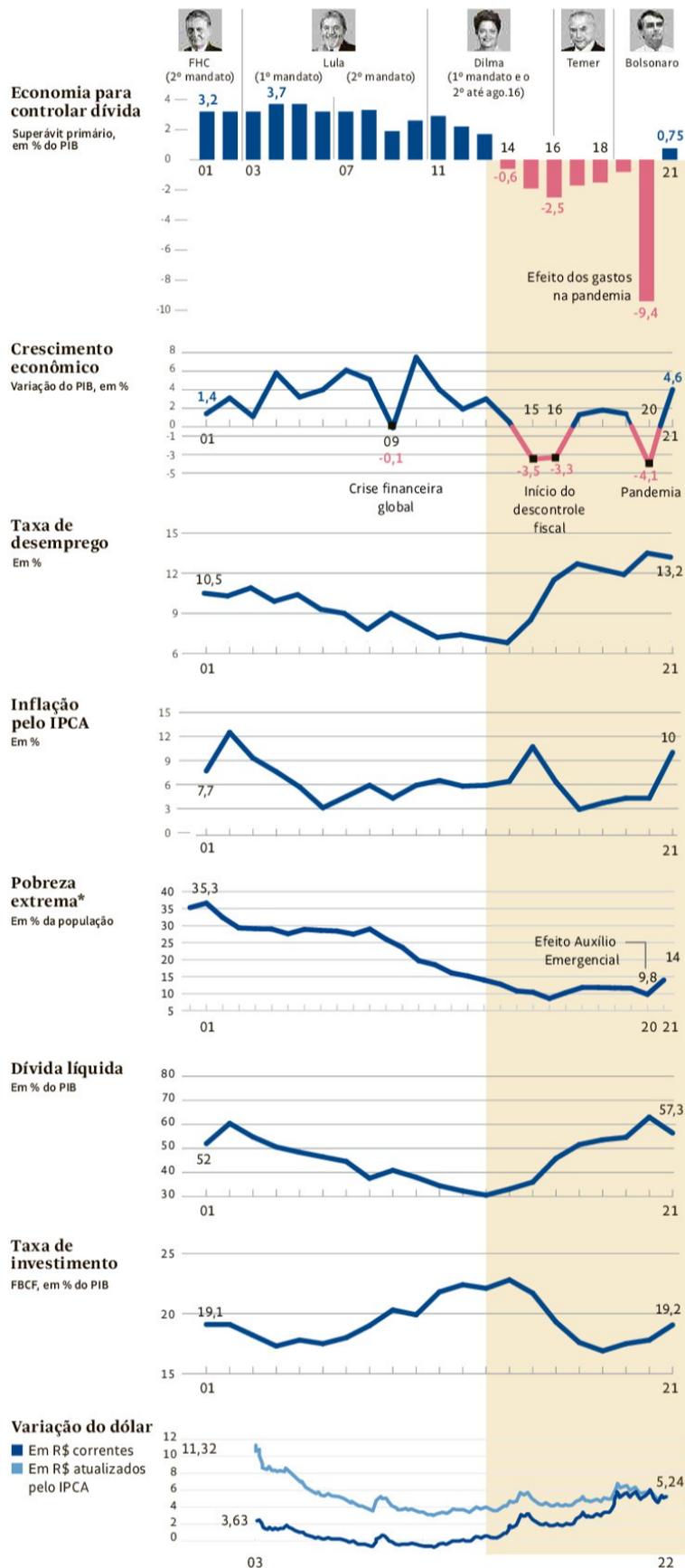
Governo prevê reajuste de 6% para aposentadorias do **INSS** em 2023

A nova previsão de **inflação** do governo federal aponta reajuste de 6% nas aposentadorias do **INSS** em 2023. O INPC, usado para corrigir salários e benefícios no país, deve fechar o ano menor que o previsto anteriormente pela equipe econômica. O índice final a ser aplicado, entretanto, só será conhecido em 10 de janeiro, quando o IBGE divulgará a **inflação** de 2022. Com o reajuste previsto em 6%, o teto do **INSS** chegaria a R\$ 7.512,45. Já o salário mínimo ficaria em R\$ 1.302 com a aplicação da **inflação** estimada em 6% mais um aumento real de 1,3% ou 1,4%, conforme prevê a equipe de transição do governo Lula. O Ministério da Economia também piorou a estimativa de alta do **PIB** em 2023 para 2,1%, ante previsão anterior de 2,5%.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50099&anchor=6467895&_ga=2.27428922.702320897.1668687461-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&pd=78f8e20e46476656573a2f1490b4f5d4

Brasil melhorou com superávits e piorou após déficits



*Renda domiciliar per capita até R\$ 290 (a preços de 2022) a partir dos microdados harmonizados da PnadC e da Pnad Covid do IBGE. Para 2020, estimativa preliminar pela Pnad Covid. Fontes: FGV Social, Ministério da Economia, IBGE, Banco Central, FMI, MB Associados e Elaboração Marcos Hecksher (ENCE/IBGE) com dados do Banco Central e IBGE

Governo terá superávit e reduzirá dívida, mas não em 24 horas, afirma Alckmin

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), disse nesta quinta-feira (17) que o futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai trabalhar em um plano para cortar despesas e buscar a retomada do superávit primário para reduzir o endividamento público, mas que isso não se faz em 24 horas.

"Haverá superávit primário, haverá redução da dívida, mas isso não se faz em 24 horas. Isso se faz com o tempo", afirmou a um grupo de jornalistas durante uma pausa nos trabalhos da transição de governo, no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil).

O vice eleito, que também coordena a transição de governo, prometeu a apresentação de uma espécie de "plano de voo" com as futuras ações -o que inclui cortes de despesas e aprovação de uma **reforma tributária** "no menor espaço possível de tempo" para buscar simplificação e impulsionar o crescimento.

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), em anúncio de nomes da equipe de transição - Adriano Machado - 16.nov.2022/Reuters

As declarações são uma tentativa de diminuir o nervosismo no mercado financeiro após o governo eleito entregar ao Congresso a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que retira quase R\$ 200 bilhões do teto de gastos para abrir espaço a despesas como o Bolsa Família de R\$ 600, o benefício adicional de R\$ 150 a crianças de até seis anos e investimentos públicos.

Os investidores temem que a ampliação das despesas gere um descontrole da dívida pública e cobram da transição a apresentação de medidas para garantir a sustentabilidade das contas.

"Eu não vejo a razão para esse estresse. O foco tem que ser no crescimento da economia, e, para isso, o Estado brasileiro precisa funcionar", afirmou Alckmin. O vice eleito avaliou a reação dos mercados à PEC como "momentânea". "Isso vai ser esclarecido e superado", disse.

Ele afirmou que a "prioridade absoluta" do novo

governo é garantir a continuidade dos pagamentos do Bolsa Família. A proposta de Orçamento de 2023 é considerada "inexequível" por ter recursos suficientes apenas para um benefício médio de R\$ 405 às famílias, além de cortes em programas de habitação e o Farmácia Popular.

Segundo o vice eleito, o esforço de negociar a PEC para assegurar a transferência de renda "não exclui a responsabilidade fiscal". Ele também destacou que os valores extrateto estimados (até R\$ 175 bilhões para o programa social e R\$ 23 bilhões para investimentos) fazem parte de um "anteprojeto" e que nem todo o espaço fiscal obtido será necessariamente consumido.

Com a exclusão do Bolsa Família do teto, o novo governo ganharia um espaço de R\$ 105 bilhões dentro do Orçamento para redistribuir a outras áreas.

"O governo fez um anteprojeto, uma proposta que não não fala em números. Ela tem um conceito, eu não quero mais discutir esse negócio de não ter dinheiro para a rede de proteção social, então eu excluo isso [do teto de gastos]. Agora, a LOA [Lei Orçamentária Anual] vai detalhar. Para educação, precisa tanto. Para cultura, tem duas leis aprovadas, Aldir Blanc e Paulo Gustavo, precisa cumprir. Tem decisão do Supremo Tribunal Federal. O governo, não quer dizer que ele vai gastar. Isso é uma autorização, até. É um teto, até esse valor", disse.

O vice eleito afirmou ainda não ver ameaças políticas ao avanço da PEC e disse que a equipe vai trabalhar "no convencimento" dos parlamentares. "O caminho que o governo está tomando, do presidente Lula, é o caminho do Legislativo, de respeitar as instituições."

Alckmin prometeu também a apresentação do plano de voo com as medidas que serão adotadas pelo novo governo para manter a sustentabilidade das contas.

"Primeiro ponto, o governo vai atuar do lado da despesa, cortando gastos que possam ser cortados", disse. Ele deu como exemplo a possibilidade de fazer um pente-fino em contratos do governo federal. "Se tiver preços corretos, ótimo, mas você pode ter espaço aí", afirmou.

O vice eleito também defendeu a necessidade de fazer uma avaliação permanente de gastos e desonerações

tributárias. "Tudo precisa ser permanentemente avaliado, o gasto e a receita. O que não é avaliado não é bem gerido", afirmou.

Também chamados pelo Ministério da Economia de gastos tributários, os subsídios reduzem a arrecadação pública a partir de exceções nos **impostos** criadas para diminuir custos ao consumidor ou ao produtor. A conta vai passar pela primeira vez a marca de R\$ 450 bilhões em 2023, um avanço nominal de 49% desde 2019 (primeiro ano do governo Bolsonaro).

"A questão do ajuste fiscal é permanente. Não é "fiz em 24 horas" e acabou. Permanentemente você está ajustando."

Alckmin disse ainda que o governo "vai discutir" uma proposta de reforma no arcabouço de regras fiscais, para substituir o teto de gastos, mas afirmou que "a coisa vem a seu tempo". À jornalista Miriam Leitão, ele detalhou que uma das ideias do governo eleito será a de tirar o teto de gastos da Constituição para refazê-lo em lei ordinária.

Outra prioridade, segundo o vice eleito, é a **reforma tributária**. "A **reforma tributária**, ela é essencial", disse. "É uma situação muito boa, você tem duas PECs muito próximas uma da outra, ambas buscam simplificar, substituindo inúmeros **tributos** por um IVA [Imposto sobre Valor Agregado]."

Segundo ele, a questão é central porque uma simplificação da estrutura tributária pode alavancar o crescimento, o que contribui para reduzir a relação do endividamento e do **PIB** (Produto Interno Bruto). Ele evitou cravar se essa será uma prioridade já no primeiro ano de governo, mas lembrou que o tema está no plano apresentado durante a campanha e disse que a expectativa é "aprovar no menor espaço possível de tempo". "Agora, é preciso respeitar o outro Poder", afirmou.

A reforma administrativa também está nos planos do governo Lula, disse Alckmin. "Vai ter muita coisa que vai ser feita em termos de gestão. Agora, cada coisa a seu tempo", afirmou. Outro ponto destacado por Alckmin é a busca por acordos internacionais.

SENADOR DO PT FALA EM "CRIATIVIDADE" PARA NOVAS RECEITAS Jaques Wagner (PT-BA) criticou a reação do mercado às falas de Lula contra o teto fiscal e disse que o novo governo saberá equilibrar austeridade e questões sociais. Também afirmou que o novo governo terá "criatividade" para criar novas receitas. A expressão normalmente provoca reação no mercado, pois pode implicar criação de **impostos** ou mesmo contabilidade criativa. "Seguramente nós

teremos criatividade para criar novas receitas para fazer[as promessas de governo]. Agora, para encontrar novas receitas tem que estar disposto a ir procurar" afirmou.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50099&anchor=6467895&_ga=2.27428922.702320897.1668687461-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&pd=78f8e20e46476656573a2f1490b4f5d4

Como Lula 3 ainda pode dar muito certo - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Luiz Inácio Lula da Silva fez grande sucesso de público na COP27, a conferência do clima da ONU. Também pode fazer grande sucesso de crítica.

A mudança necessária para conter o desastre climático é uma rara oportunidade para o Brasil embarcar em um trem avançado da economia mundial. Por acaso da conjuntura internacional, há outras estradas abertas, no comércio e no investimento.

Para começar, o mero fato de dar cabo da era de trevas (2019-2022) pode trazer de volta investimentos que estavam travados porque empresas interessadas têm, por qualquer motivo, compromissos ambientais. A coisa vai além.

Um programa bem pensado de "transição verde" pode ser um plano de progresso social e tecnológico. Do que se trata?

No mais óbvio, desmatamento zero, mais energia limpa, reforma do setor elétrico, uso racional do solo pela agropecuária, uso adequado da água, tributação de danos ambientais ("externalidades negativas", ganhos dos envolvidos do negócio com impacto negativo e perdas para a sociedade em geral).

Mais ainda, pode ser um plano de pesquisa tecnológica para aproveitar as vantagens naturais e comparadas do Brasil em energia e ambiente (como a Embrapa o fez na agricultura, mal comparando). Esse plano verde, aliás, estava no programa do candidato Lula.

Acasos ou desdobramentos da conjuntura mundial podem favorecer o Brasil. A guerra na Ucrânia, o conflito entre EUA e China e o risco de fragmentação do mundo em blocos sugerem que um fornecedor seguro, de commodities ou mais, pacífico e de boas relações em geral, pode ganhar como destino de compras e investimentos.

Mais imediatamente, a situação econômica mundial precária faz com que o Brasil não pareça um lugar tão ruim, em particular entre países ditos emergentes. Começou a combater a **inflação** mais cedo (em tese, pode baixar a taxa básica de juros mais cedo) e

conteve o aumento da dívida no pós-pandemia, com um tanto de sorte e problemas sob o tapete (como esse Orçamento infame para 2023). A alta de juros, enorme, não vai, por si, jogar o país em recessão. O patinho fica menos feio no ambiente mundial degradado.

A situação fiscal (déficits e dívida) é horrível, mas controlável. Um tanto surpreendente, não houve deterioração financeira extra por causa da eleição (o problema vinha de 2021).

Favor prestar atenção, ora não se discute CORTE de gastos, mas AUMENTO, para uma despesa recorde, fora o 2020 da epidemia. Embora isso não saia de graça, estava dado que seria preciso engordar o Bolsa Família, por exemplo. Note-se que o Bolsa Família levou, em média, 0,43% do **PIB** de 2012 a 2019 (antes, era menos); em 2023, deve ficar com 1,65% do **PIB** (quase quadruplica).

Para fazê-lo e cuidar de outras necessidades sociais urgentes, não é preciso aumentar o déficit primário dos 0,6% do **PIB** previstos para 2,2% em 2023, como quer o governo de transição, e talvez durante Lula 3 inteiro, o que seria um problema sério (ou um desastre).

A situação fiscal horrível pode ser atenuada por uma regra crível de contenção da dívida e mudanças que acelerem o crescimento (**reforma tributária**, facilitação e incentivo de investimento privado, parcerias público-privadas em estados e cidades). Por ora, dado o estrago de uma década, é o que temos para o gasto público: arroz com feijão, com o bife duro de alguma alta de **impostos**.

Pode ser um prato suficiente para alimentar um círculo virtuoso: juros em baixa, mais investimento, crescimento e arrecadação. Dizer "dane-se" para a alta dos juros e do dólar é uma ignorância que conduz ao círculo vicioso dos infernos e desperdiça oportunidades que batem à porta.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50099&anchor=6467895&ga=2.27428922.702320897.1668687461-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&p_d=78f8e20e46476656573a2f1490b4f5d4

A PEC da Transição e seus riscos - CELSO MING

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Lira e Alckmin: PEC pode gerar distorções na economia

CELSO MING

APEC da Transição está sendo decidida no escuro, na base do "tem de ser porque tem de ser, o resto a gente vê depois".

Trata-se de pedido de permissão para abrir mais um furo no teto de gastos, desta vez de quase R\$ 200 bilhões, que não se limitará a 2023, mas a cada ano, até 2026. Mas não há ideia de como será equacionada a responsabilidade fiscal.

Em princípio, nada de errado em garantir o Bolsa Família, que parece ser o início da perenização da proposta de Renda Mínima, o mantra do hoje vereador Eduardo Suplicy.

Mas adotar esse procedimento sem prover antecipadamente recursos para isso tem tudo para amontoar distorções. Uma delas consiste em deixar contratadas novas emissões de moeda ou disparadas da dívida pública - e do dólar. Se for por aí, ainda em 2023 o Banco Central será obrigado a empurrar os juros para cima, numa conjuntura global de recessão e, portanto, de puxada nos freios do crescimento também por aqui. Recessão ou avanço mais baixo do **PIB** implica redução da arrecadação e, portanto, buraco aberto para mais déficit.

A estas alturas, não se sabe ainda quais pedaços do corpo ficarão de fora do cobertor. Por enquanto, sabe-se que o Bolsa Família, a merenda escolar, a

Farmácia Popular e o financiamento das creches não têm cobertura orçamentária. Mas há a necessidade de reajustar a tabela progressiva do Imposto de Renda; os Estados, por exemplo, vêm perdendo quase R\$ 30 bilhões com o subsídio aos combustíveis fósseis e clamam pela derrubada desses subsídios - algo que faz sentido à luz da necessidade de apressar a transição energética para os combustíveis renováveis.

Sabe-se lá o que mais ainda aparecerá em ânsia de verbas.

Enfim, o jeito é o de que o céu é o limite dos gastos. De PEC em PEC, de furo em furo, não tem mais o que furar, como cantaria Adoniran Barbosa.

Embora o presidente Lula tenha dito e repetido que o teto de gastos não funciona e tem de ser revogado, ele continua lá, desmoralizado, mas lá, à espera de outra âncora para que não sobrevenha a dominância fiscal, que é o nome técnico dado para descontrole geral.

Parece inevitável a aprovação dessa nova PEC. Ao longo dos trâmites poderá ser reduzido o valor total, que já não é de R\$ 150 bilhões nem de R\$ 175 bilhões, mas de R\$ 198 bilhões, número quebrado que parece disponível para uma tesourada.

Os congressistas poderão também encurtar a validade da autorização dos gastos extras para apenas um ano, em vez de quatro, como vem sugerindo o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Outro foco da escuridão mencionada na abertura deste texto é a falta de uma **reforma tributária**. O problema é que todas as pressões juntas para dar conta das despesas poderão conjurar por uma **reforma tributária** que não se limitará à racionalização do sistema, mas que aumentará substancialmente a carga tributária.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alckmin não vê motivo para "estresse" e cita pente-fino em contratos

FELIPE FRAZÃO BRASÍLIA

Depois das críticas à PEC da Transição, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) afirmou ontem que não há motivo para "estresse" e que o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai buscar formas de cortar gastos.

"Haverá superávit primário, haverá redução da dívida, mas isso não se faz em 24 horas, se faz no tempo. É uma combinação de resultado primário, de curva da dívida e de gastos.

Tem de compor esse conjunto.

Então, não há razão para esse estresse, eu vejo com otimismo", afirmou.

Alckmin citou a possibilidade de uma "ampla revisão de contratos vigentes" do governo federal e disse também que vê como prioritária a aprovação da **reforma tributária**, que deve ser feita "no menor espaço possível de tempo" como questão essencial para o **PIB** crescer. "O governo vai atuar do lado das despesas, cortando gastos que possam ser cortados. Tem de fazer revisão de contratos, todos, para buscar recursos, fazer um pente-fino", disse .

O vice também falou na revisão de isenções e na constante avaliação de políticas do governo.

Questionado sobre a reforma administrativa, disse que será feita a seu tempo. O vice-presidente disse que o Estado precisa funcionar para o crescimento da economia e que o ajuste fiscal será permanente.

"Precisamos ter credibilidade, estabilidade e previsibilidade, não pode fazer canetada." Alckmin disse que é "momentânea" a reação negativa do mercado financeiro a falas de Lula sobre o foco na responsabilidade social como oposição à "tal da estabilidade fiscal".

"Vai ser esclarecido e superado.

Não há razão para estresse, vejo com otimismo", disse o vice, lembrando que Lula teve responsabilidade fiscal "absoluta" nos mandatos anteriores.

"O governo tem compromisso com a responsabilidade

fiscal, mas isso não pode ser argumento para não atender o social. As coisas não são incompatíveis." Alckmin disse que a PEC é uma necessidade porque é "inexequível" o Orçamento de 2023 proposto pelo governo Bolsonaro.

"O Orçamento do ano que vem é inexequível, não tem dinheiro para pagar o Bolsa Família.

Como faz o Casa Verde e Amarela, o Minha Casa Minha Vida, se não tem recurso para obras? Não tem recurso para Farmácia Popular, para o tratamento do câncer. Existe a questão emergencial que é atender os mais necessitados. A outra é o Brasil crescer."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alckmin: teto sairá da Constituição, e reforma tributária será retomada

MÍRIAM LEITÃO economia@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para Alckmin, Lula é exemplo de responsabilidade fiscal

Rosana Hessel

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) tentou minimizar o estresse provocado no mercado com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que prevê uma licença para gastar R\$ 198 bilhões fora da regra do teto, e das declarações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) feitas no Egito. Ele saiu em defesa de Lula, garantiu que o governo está comprometido com a responsabilidade fiscal e sinalizou que uma das formas de cortar gastos será a revisão de todos os contratos do governo federal.

"O governo vai atuar do lado das despesas, cortando gastos que possam ser cortados. Tem que fazer revisão de contratos, todos, para buscar recursos, fazer um pente-fino", disse Alckmin, em entrevista à GloboNews.

Segundo o ex-governador paulista, Lula é "um exemplo de responsabilidade fiscal", porque seu governo registrou superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) nos dois mandatos. "Ele teve superávit primário todos os anos, então, foi um governo com absoluto rigor fiscal", disse.

Para Alckmin, a questão, no momento, é conjuntural, porque o auxílio de R\$ 600 foi prometido pelos dois candidatos, mas não estava previsto na Lei Orçamentária de 2023. Ele defendeu a inclusão no extrateto do Bolsa Família e o adicional de R\$ 150 para cada criança abaixo de seis anos. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pelo Executivo ao Congresso prevê o Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família, de com valor médio de R\$ 405.

Com isso, o vice-presidente eleito minimizou a preocupação do mercado em relação à PEC da Transição, que apresentou um valor de despesas fora do teto de gastos muito acima do que o mercado esperava, porque o governo incluiu nos quase R\$ 200 bilhões de gastos fora do teto os R\$ 105 bilhões para os R\$ 405 médios de auxílio que estão previstos na peça orçamentária. Com isso, o governo acabará abrindo espaço espaço para mais despesas que não estão detalhadas e, muito menos, possuem contrapartidas.

"É que nós estamos frente a uma situação emergencial que precisa ser resolvida. E [vamos] buscar uma solução de médio prazo, onde você tenha redução da dívida ao longo do tempo", disse Alckmin à jornalista Miriam Leitão.

De acordo com o vice eleito, é preciso discutir e ter uma regra fiscal que deve levar em consideração os gastos do governo, a curva da dívida, o resultado primário, uma combinação de tudo isso, ao longo de 2023. "Agora, não dá para fazer em 30 dias, sem nem tomar posse. Então, o que se está fazendo com essa PEC, ela simplesmente exclui o Bolsa Família [do teto], é isso", disse.

A PEC da Transição enviada ao Congresso não foi bem aceita pelo mercado e fez a Bolsa desabar e o dólar subir. Lula, no Egito, tentou minimizar o problema e criticou a reação dos agentes financeiros. Se cair a Bolsa e aumentar o dólar, paciência. Isso não acontece por conta de pessoas sérias, mas por conta de especuladores", disse.

A frase provocou uma reação de três economistas renomados que escreveram uma carta ao presidente eleito questionando a afirmação de Lula. Um dos autores da missiva, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, disse ao Correio que há indícios preocupantes na política econômica do novo governo.

Reforma tributária e nova âncora

Outra prioridade do novo governo citada por Alckmin e que, segundo ele, vai ajudar o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país a crescer é a aprovação da **reforma tributária**. Ele admitiu que o novo governo vai trabalhar com as propostas que estão paradas no Congresso e foram desprezadas pelo governo Jair Bolsonaro, a PEC 45, da Câmara, e a PEC 110, do Senado. São muito parecidas e já foram muito discutidas, resumiu. "Essa é uma reforma que pode fazer o **PIB** crescer, tem efeito na produtividade, na competitividade, simplifica, reduz custos, evita guerra fiscal. Ela é essencial", afirmou.

De acordo com Alckmin, o governo eleito pretende propor um novo modelo de âncora fiscal que dará lugar à regra do teto de gastos, conforme o previsto na campanha. Contudo, não deu detalhes da proposta e lembrou que o governo Jair Bolsonaro (PL) estourou o

teto em todos os anos.

O presidente Lula tem compromisso com a responsabilidade fiscal. O que nós precisamos, mas não dá para fazer agora, é discutir uma legislação de responsabilidade fiscal. Se você for verificar, o governo atual, neste ano, tem R\$ 150 bilhões de extrateto. No ano passado, foi também, R\$ 150 [bilhões], e, em 2020, mais de R\$ 500 bilhões , comparou Alckmin.

Conforme levantamento feito pelo economista Braulio Borges, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), para a BBC News, o governo Bolsonaro gastou R\$ 794,9 bilhões acima do teto.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/11/5052685-para-alckmin-lula-e-exemplo-de-responsabilidade-fiscal.html>

Alckmin: Estamos frente a um problema emergencial, que está sendo corrigido no Orçamento

Por **Miriam Leitão**

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin disse em sua primeira entrevista exclusiva que "não há hipótese de haver irresponsabilidade fiscal no novo governo". Alckmin adiantou alguns pontos que o novo governo seguirá na área fiscal e um deles é retirar o teto de gastos da Constituição, refazendo a medida de controle de despesas por legislação ordinária:

- Me parece lógico desconstitucionalizar e depois discutir por lei uma regra com o mercado, com a sociedade, com os partidos, que indique uma evolução da trajetória da dívida e das despesas. Coloca-se muita coisa na Constituição. Constituição é uma carta de princípios.

Ele explicou que a mudança no teto tem um objetivo:

- A nova regra fiscal deve levar em consideração os gastos do governo, a curva da dívida, o resultado primário. Uma combinação de tudo isso. Agora não dá para fazer em 30 dias sem nem tomar posse. Por isso essa ideia de tirar o teto de gastos da Constituição e refazê-lo ficará para um segundo momento porque agora há uma emergência.

- Estamos frente a um problema emergencial, que está sendo corrigido no Orçamento. Se não votar agora a PEC que tira o Bolsa Família do teto, vamos ter milhões de famílias sem os R\$ 200. A ideia é votar a PEC simplesmente excluindo do teto o Bolsa Família. O presidente Lula tem destacado a questão social. Não podemos deixar de enxergar 32 milhões pessoas passando privação alimentar, gente morando embaixo do viaduto, sem remédio. Esse é o foco, nesse primeiro momento.

Diante do movimento de ontem do mercado financeiro, Alckmin diz que não vê motivo para que isso ocorra:

- Não há razão para o dólar subir e a Bolsa cair. Não há hipótese de haver irresponsabilidade fiscal. O presidente Lula é experiente. Foi oito anos presidente da República. A dívida sobre o **PIB** era quase 60%. Quando ele saiu, era 40%, um exemplo de responsabilidade fiscal.

Alckmin disse que o governo fará a **reforma tributária**, e ela está madura. Há dois projetos que já estão no Congresso, tanto a PEC 45, que tramitou na Câmara, quanto a 110, que passou pelo Senado. Elas reduzem o número de **impostos** que incidem sobre o consumo.

- A **reforma tributária** ajudará o Brasil a crescer. Tem efeito na produtividade, simplifica, reduz custos, evita a guerra fiscal.

Alckmin informou que todos os contratos do governo serão revistos e as despesas, reavaliadas:

- A eficiência do gasto é uma obra interminável. Vamos fazer a revisão de todos os gastos federais.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2022/11/alckmin-estamos-frente-a-um-problema-emergencial-que-esta-sendo-corrigido-no-orcamento.ghml>

Londres aumentará impostos e cortará gastos para conter crise

O governo britânico anunciou ontem um corte de gastos de dezenas de bilhões de libras e aumentos de **impostos**, em uma tentativa de tapar um buraco nas finanças públicas e restaurar a credibilidade fiscal.

dois anos, adiando-os até depois da próxima eleição geral, que Su-nak deve convocar até janeiro de 2025.
nyt

O secretário do Tesouro, Jeremy Hunt, detalhou uma série de aumentos de **impostos** e cortes em programas governamentais no valor cumulativo de 55 bilhões de libras (cerca de R\$ 355 bilhões). Esse é um dos orçamentos mais austeros já **impostos** no Reino Unido, que já está entrando em recessão.

O objetivo imediato do plano é reduzir um déficit público inchado por grandes pagamentos durante a pandemia e a crise energética. Mas o orçamento também foi um ato de penitência fiscal após os amplos cortes de **impostos** lançados em setembro pela então primeira-ministra Liz Truss, que permaneceu apenas 45 dias no cargo.

REMÉDIO AMARGO. O remédio prescrito por Hunt e seu chefe, o primeiro-ministro Rishi Su-nak, é uma reversão quase completa das medidas de Truss e será econômica e politicamente doloroso. Ele aumentará os **impostos** de dezenas de milhões de britânicos - ricos e da classe trabalhadora - e cortará o financiamento do Ministério da Defesa e de instituições culturais em Londres e alguns projetos de obras públicas.

Além de uma recessão, que Hunt confirmou ontem, o país enfrenta uma **inflação** de dois dígitos - 11,1% em outubro - assim como aumento dos preços dos combustíveis e de taxas de juros. Alguns britânicos demoraram a ligar o aquecimento em suas casas e outros não sabem como pagarão suas hipotecas, que tiveram um grande aumento.

Hunt tentou amortecer o golpe para os britânicos anunciando um aumento no salário mínimo, de 9,50 libras para 10,42 libras por hora (de R\$ 61,30 para R\$ 67,24), assim como 3,3 bilhões de libras (R\$ 21 bi) em recursos adicionais para o Fundo Nacional de Serviço de Saúde em 2023 e 2024.

Ele também aumentou um imposto sobre lucros inesperados para fornecedores de energia, que tiveram enormes ganhos com o aumento dos preços do petróleo e do gás após a invasão russa da Ucrânia.

Muitos dos cortes de gastos não entrarão em vigor por

Políticas públicas no novo governo - NAERCIO MENEZES FILHO

NAERCIO MENEZES FILHO

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>

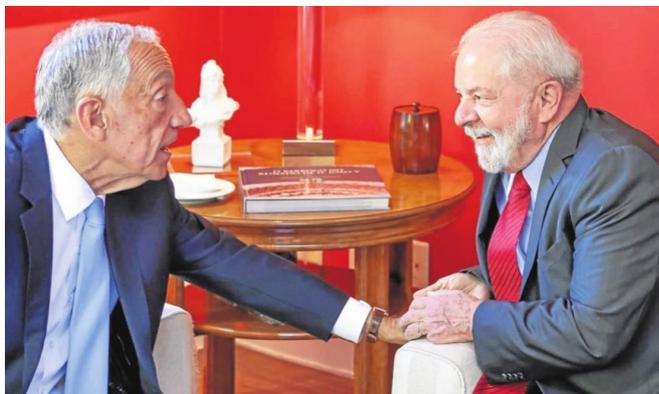
'É preciso ter calma. O país não vai quebrar', afirma Berenguer

Mônica Scaramuzzo e Tal ita Moreira De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>

Petista reaproxima Brasil de Portugal



vicente nunesCorrespondente

Lisboa - Embalado pela passagem vitoriosa na 27ª Conferência Internacional do Clima das Nações Unidas (COP27), no Egito, onde foi a estrela principal, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva desembarca, hoje, em Portugal, com a missão de retomar as relações com o país europeu. Nos últimos quatro anos, houve um grande distanciamento entre as duas nações, com o presidente Jair Bolsonaro (PL) não economizando nas desfeitas ao presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa. Nas duas últimas vezes em que ele esteve no Brasil, teve um almoço com o atual ocupante do Palácio do Planalto cancelado e, nas cerimônias do 7 de Setembro, foi trocado por um empresário apoiador do governo, imagem que rodou o mundo e causou profundo incômodo no Palácio de Belém.

Toda a viagem de Lula a Portugal - ele retorna para o Brasil amanhã - está sendo conduzida pelo governo português. A meta é dar ao presidente eleito tratamento de chefe de Estado, mesmo que ele ainda não tenha tomado posse. Tanto o presidente português quanto o primeiro-ministro, António Costa, têm reiterado a satisfação de receber o petista. Ambos dizem estar com saudades do Brasil e de Lula.

Além da reaproximação política entre as duas nações, Lula deve focar parte das conversas com os anfitriões no forte crescimento da comunidade brasileira em Portugal. Oficialmente, há cerca de 250 mil cidadãos do Brasil com registro oficial. Mas se acredita que esse número passe de 400 mil com os ilegais.

Há uma euforia enorme entre brasileiros, que veem Portugal como um eldorado. Mas a realidade da economia portuguesa tem levado muitos à frustração. Depois de décadas, o país voltou a conviver com **inflação** - a taxa anualizada está acima de 9% -, os **juros** apontam para cima, a pobreza cresceu - 4,5

milhões de cidadãos vivem com menos que um salário mínimo por mês (705 euros ou R\$ 3,8 mil) -, os preços dos aluguéis estão impraticáveis, não há renda suficiente para se comprar uma moradia e muitos especialistas não descartam uma recessão no próximo ano. Nesse quadro que tem semelhanças com o Brasil, disparou o número de conterrâneos de Lula pedindo ajuda para voltar para casa.

Governo diminui estimativa para o PIB em 2023

O governo revisou para baixo a expectativa de crescimento da economia em 2023. De acordo com dados divulgados ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, por meio do Boletim MacroFiscal, a projeção para a expansão do produto Interno Bruto (**PIB**) no próximo ano passou de 2,5% para 2,1%, apontando para uma leve desaceleração.

Segundo o documento, a redução de 0,4 ponto percentual na estimativa ocorreu por conta de mudanças na economia internacional, com elevação dos juros nos países desenvolvidos, notadamente nos Estados Unidos, e da redução das expectativas de crescimento de economias emergentes. "O aumento na taxa de juros naquele país afeta as condições financeiras e o crescimento da atividade no resto do mundo", diz o boletim.

A previsão de crescimento para este ano foi mantida em 2,7%. A SPE aponta que houve uma forte recuperação da atividade no segundo trimestre de 2022, mas uma desaceleração no terceiro, por conta do mau desempenho da indústria e comércio. O setor de serviços é um dos que continua em expansão.

Inflação

A secretaria também projetou mais uma queda na expectativa de **inflação** para 2022. Pela nova previsão, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve terminar o ano com alta de 5,85%, ante a projeção anterior, divulgada em setembro, de 6,3%. Os principais fatores para alteração da projeção, de acordo com o documento, foram a redução dos preços administrados, menor pressão dos bens industriais e alimentos e estabilização dos preços de serviços.

Apesar da queda, a projeção ainda está acima da meta de **inflação** para este ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3,5%. Como há uma margem de tolerância, a meta será considerada cumprida se o IPCA ficar entre 2% e 5%. Para 2023, a expectativa de **inflação** apresentou pequena alta, passando de 4,5% para 4,6%. Para o próximo ano, a meta foi fixada em 3,25% e será considerada formalmente cumprida se a elevação geral dos preços ficar entre 1,75% e 4,75%.

Prazo do Bolsa Família extrateto gera impasse



TAÍSA MEDEIROS RAPHAEL FELICE

Integrantes da base do governo Bolsonaro sinalizaram estar dispostos a apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, mas apontaram resistências a pontos da minuta do texto, apresentada ao Congresso Nacional na noite de quarta-feira. O líder do governo Bolsonaro no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), disse que é "difícil" respaldar a exclusão do Bolsa Família do teto de gastos.

"Estamos dispostos a dialogar para ter o Auxílio Brasil no valor de R\$ 600. É um ponto de convergência entre os parlamentares. Mas é difícil ser extrateto - e por um período de quatro anos - por conta da responsabilidade fiscal. Não adianta dar o aumento e causar **inflação**, crescimento dos juros. Tudo isso vai corroer o valor de compra. Ou seja, não haverá ganho", argumentou Portinho, em **comunicado** à imprensa. A PEC, no entanto, visa tirar definitivamente o Bolsa Família do teto, e não apenas por quatro anos.

Em busca de construir um texto com boas possibilidades de aprovação, a cúpula do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) procura integrantes da base do atual governo para chegar a um consenso. O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), teria sugerido a Portinho uma reunião.

O senador bolsonarista, porém, voltou a dizer que a PEC "não pode ser um cheque em branco", mas afirmou estar disposto a negociar sobre o aumento real do salário mínimo. "No entanto, precisamos de um ministro para avaliar os impactos de todas essas propostas para saber como acontecerá a recuperação

ao longo do ano", acrescentou.

Excluir o Bolsa Família em definitivo do teto de gastos não é unanimidade nem mesmo entre aliados. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), por exemplo, se mostrou contrária à medida. Também existe resistência na inclusão do bônus de R\$ 150 por criança de até 6 anos.

O senador eleito Wellington Dias (PT-PI), que integra o Conselho Político de Transição, informou que há, no Congresso, pelo menos três posicionamentos a respeito do texto. "Temos a posição da PEC original, sustentada por vários parlamentares, de que, em se tratando de um programa permanente o Bolsa Família, não há por que ter um embate, uma tensão todo ano para decidir. Essa é a razão de excepcionalizar sem o mandato, de forma permanente", salientou.

Outra vertente identificada por Dias é de congressistas que defendem o benefício extrateto somente até o fim do governo Lula. "Nesse caso, acreditando que durante o mandato se vai encontrar uma alternativa relacionada à sustentabilidade, não só do Bolsa Família, mas também em relação à própria política fiscal, de controle das despesas", comentou.

O terceiro grupo, na visão do senador eleito, é o daqueles parlamentares que pregam a validade da proposta apenas por um ano. "Isso pode criar um tensionamento. Temos excepcionalidades para a dívida, queremos dar excepcionalidade para os mais pobres, e aqui seria uma alteração somente para o Bolsa Família", frisou.

O deputado federal Enio Verri (PT-PR), membro da equipe de Planejamento da Transição, não acredita em dificuldade de aprovação da PEC, "porque o conjunto dos deputados vê com bons olhos o Bolsa Família". "A maior questão não será o valor nem a excepcionalidade, mas o prazo pelo qual valerá: indeterminado versus quatro anos. O segundo, aí é outro debate, é o destino dos R\$ 105 bilhões", ressaltou, referindo-se ao montante que se abrirá no Orçamento se o gasto com o programa for excluído do teto.

Ele destacou que as mudanças propostas pela PEC - especialmente em relação à priorização das verbas para manutenção dos programas sociais - precisariam

ser debatidas qualquer que fosse o governo eleito. "Se fosse outro presidente, teria de ser feita exatamente a mesma coisa. Ou em janeiro pagariam só R\$ 405 do Bolsa Família? As farmácias populares seriam extintas? Não se trata de ser um governo x ou y. É que a peça orçamentária é o caos", criticou. "Ou nós fazemos essa PEC da Transição e criamos mínimas condições, ou a crise social que teremos a partir de janeiro será grave", alertou.

Despesa de R\$ 175 bilhões

O Orçamento de 2023 já tem R\$ 105 bilhões previstos para bancar o Auxílio Brasil - futuro Bolsa Família -, mas no valor de R\$ 400. Para manter os R\$ 600 pagos atualmente e acrescentar R\$ 150 por criança de até 6 anos - promessa de Lula -, serão necessários mais R\$ 70 bilhões.

Ou fazemos essa PEC da Transição e criamos mínimas condições, ou a crise social que teremos a partir de janeiro será grave" Enio Verri (PT-PR), deputado

Como o resultado da Copa influencia a economia (Artigo)

João Victorino

Ano de Copa do Mundo e o brasileiro já começa a sonhar com o tão esperado hexacampeonato, mas, como de fato ele pode impactar de maneira positiva ou negativa?

Quando falamos dos varejistas do setor de festas, comidas e bebidas, é natural que o faturamento aumente à medida que o Brasil ganhe cada jogo e, com isso, no final das contas, o hexacampeonato faz a alegria dos torcedores e dos donos de comércios. Outros setores também são impactados pela Copa do Mundo, como os de roupas, assinatura de canais esportivos e a venda de novos aparelhos de televisão.

Caso o hexacampeonato vire realidade, o senso comum sugere que o brasileiro, em geral, fique naturalmente mais eufórico. Dessa forma, não seria estranho supor que, movidas pela alegria, muitas pessoas tomarão mais decisões movidas por impulso.

É importante lembrar que, diferentemente das outras edições de Copas, esta será realizada muito próximo do Natal, com a final marcada para 18 de dezembro. Portanto, em que medida os gastos com as festividades de fim de ano seriam direcionados para eventuais comemorações de um possível título? Essa resposta teremos que esperar para ver, uma vez que este já será naturalmente um período em que o consumo é maior.

Caso não seja campeão, o fator mais importante a se levar em conta, certamente, é o número total de partidas que a Seleção poderá disputar. Caso ela chegue à final, serão sete jogos. Sete oportunidades para os setores mencionados obterem faturamento substancial.

Não há uma clara relação de causa e efeito encontrada entre um título mundial e o aumento do desempenho da economia do país vencedor.

Entretanto, em pesquisa feita por um banco americano com dados desde 1974, o estudo mostra que os índices das bolsas dos países campeões subiram, em média, 3,5% a mais que as referências globais no mês posterior ao campeonato. A única exceção foi o Brasil de 2002, que não obteve essa vantagem.

Ainda assim, essa alegria dura pouco: o mesmo estudo nos mostra que, após quatro meses da euforia do título, os mercados locais tendem a ter uma performance 4% abaixo das médias globais. A conclusão a que podemos chegar é a seguinte: haverá setores mais positivamente impactados que outros, mas, no geral, os resultados da Seleção na Copa do Mundo não costumam impactar diretamente a economia do país.

Nos anos em que a Seleção foi campeã, não há uma correlação que estabeleça um vínculo claro entre título mundial e maior crescimento do **PIB**.

Mas, em levantamentos que fizemos nos bancos de dados do IBGE, observamos que, dos cinco títulos mundiais da Seleção Brasileira, em quatro oportunidades o **PIB** do nosso país cresceu a uma taxa maior que no ano anterior ao título. Por outro lado, o **PIB** do ano seguinte ao título sempre cresceu menos que o anterior, com exceção de 1970.

A maior parte dos efeitos econômicos são sentidos pelos países-sede de cada edição do evento, com destaque para o setor de infraestrutura. Todavia, podemos observar faturamentos mais robustos também em setores de varejo, alimentação e turismo nos demais países participantes.

João Victorino. Administrador de empresas e especialista em finanças pessoais. Formado em administração de empresas e com MBA pela FIA-USP

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/11/2022/p1>

Lula enfrenta a real herança maldita - REINALDO AZEVEDO

REINALDO AZEVEDO

Fosse a Presidência da República uma distinção apenas pessoal, Lula poderia estar a flandar de felicidade, não é? A forma como foi recebido na COP27, o seu discurso impecável, a reação do mundo à sua fala... "Exuberante", "rockstar", "herói".

Herói? Pois é. A resposta "Duzmercáduz", como se percebe, não é boa. E já que se empregou aqui a palavra "herói", a imprensa antevê o pior e decide atuar como o coro a comentar o desfecho trágico daquele que há de ser punido por sua "húbris", que é a soberba de afrontar os deuses olímpicos. Ocorre que Lula só está confrontando a herança maldita de Jair Bolsonaro e um Orçamento de mentira.

Como sabem os especialistas da área, ninguém consegue parar o sistema punitivo do drama trágico. O subgênero tem um propósito didático. A catarse existe para restaurar a ordem. E convenham: esse tal Lula está aí há muito tempo a arrostar com a máquina do mundo. Seu último feito foi ficar 580 dias preso em razão de uma condenação sem prova e saltar da cela para a Presidência.

É evidente, por essa abordagem inicial e por coisas que tenho escrito e dito em outros sítios, que considero histórica e precoce a gritaria que se promove em nome da responsabilidade fiscal. E é certo que não a desprezo. Reconheço, como se pudesse ser diferente, que a gastança irresponsável é o caminho do desastre. O que pergunto é se Lula fez essa escolha. E me parece que não.

Já sugeri aqui que os críticos da PEC de Transição imponham a si mesmos a exigência que se faz aos estudantes na prova de redação do Enem: apresentem o problema e também uma solução. A peça orçamentária de 2023 é uma mentira inventada por Paulo Guedes em conluio tácito com "Uzmercáduz".

O Bolsonaro das PECs ilegais do ICMS e dos benefícios enviou ao Congresso um Orçamento que prevê, a partir de janeiro, R\$ 405 para o Bolsa Família, não os R\$ 600 que passaram a ser pagos a menos de três meses da eleição, embora anunciasse em campanha que não haveria a redução do valor. Custo anual da diferença: R\$ 52 bilhões. Existe esse dinheiro? Não. O coro ficou mudo.

Não se prevê aumento real do mínimo, mais uma vez, ainda que, no debate da Globo, o presidente tenha prometido R\$ 1.400. A três dias da eleição, Guedes deu uma dica ao chefe. Deveria dizer ao petista: "Se você paga um salário mínimo de R\$ 1.200, eu pago R\$ 1.400; se você paga R\$ 1.400, eu pago R\$ 1.500". Segundo o ministro, isso seria possível porque eles roubam menos. Eis a qualidade do debate.

Tentar impor a Lula que governe o país com o Orçamento de 2023 corresponde a exigir que faça o que nem Bolsonaro faria. E isso expõe uma das faces do presidente: a do farsante. Há a do perverso. O "Casa Verde Amarela", que é a demolição do Minha Casa Minha Vida, sofreu um corte de 95%. Reserva-se ao programa a soma de R\$ 34,1 milhões.

O Orçamento do Farmácia Popular despencou de R\$ 2,04 bilhões para R\$ 842 milhões. Os 21 milhões que dependem de remédios para hipertensão, diabetes e asma têm de entender que "todo mundo morreu um dia". É o governo do coveiro. Reserva-se para o ano que vem um investimento correspondente a 0,22% do **PIB**: R\$ 22 bilhões. São alguns exemplos do descabro.

A dupla Bolsonaro-Guedes pode ser acusada de quase tudo, menos de ser fiscalmente responsável. Ocorre que, à diferença de Lula, o atual ministro da Economia fala tudo o que "Uzmercáduz" querem ouvir, ainda que não pratique quase nada, exceto a irresponsabilidade social. Ele é, assim, como os idealistas criticados por Marx e Engels em "A Ideologia Alemã": está mais interessado em colonizar espíritos e em provar a superioridade de sua filosofia, com suas respostas simples e erradas para problemas difíceis, do que em ser eficaz.

Como inexistente governo, a não ser para dar amparo a golpistas, Lula vive a insólita circunstância de já ser presidente estando na oposição. E se cobra dele uma resposta para a herança maldita de Bolsonaro, mas reverenciando a doxa guediana, que prevê o apagão social contra o qual o petista se elegeu. Lula não é um herói a desafiar os deuses. Está negociando um Orçamento realista para governar o Brasil. Que não seja punido por isso.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

99

PT cederá em exceção permanente para Bolsa Família, mas exige 4 anos



O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB) Adriano Machado - 16.nov.22/Reuters

BRASÍLIA

O governo eleito planeja ceder para tentar aprovar a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, mas não abre mão de que o aumento de gastos tenha validade de quatro anos -todo o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Há uma orientação para não negociar um prazo menor, sobretudo no Senado. A intenção é aprovar a medida na Casa com uma boa votação para que ela chegue com força à Câmara.

Alguns aliados de Lula dizem que, se fosse para aprovar uma medida por apenas um ano, não seria necessário o desgaste para aprovar uma PEC, que exige 308 votos na Câmara e 49 votos no Senado.

Uma ala do Centrão e partidos que ainda negociam adesão ao governo eleito têm ampliado a articulação para que o Congresso aprove a medida apenas para o primeiro ano do novo governo. A avaliação é que o Legislativo perderá poder de barganha se autorizar o aumento de despesas por todo o mandato do petista.

Para tentar costurar um acordo no Senado, por onde a PEC começará a tramitar, o PT conta com o apoio do presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Alcolumbre foi presidente do Senado entre 2019 e 2020. A eleição dele ao comando da Casa foi sustentada por aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL), mas o senador conseguiu renovar o mandato em outubro com o apoio do PT do Amapá e tem feito acenos ao partido.

O parlamentar conversou pessoalmente com alguns senadores durante o feriado da Proclamação da República, e disse que pretende procurar os 27 integrantes da CCJ para articular a aprovação da proposta.

Nesta quarta-feira (16), ele assumiu a linha de frente na reunião com o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), que apresentou a versão preliminar da PEC no Senado. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estava no Egito, na COP27.

O plano inicial do PT, segundo articuladores, era que a PEC fosse votada direto no plenário do Senado, mas Alcolumbre pediu para o texto seguir o rito normal, e passar primeiro pela CCJ. Com isso, o senador ganha poder de negociação e passa a ter créditos com o governo eleito.

No encontro, ele informou aos aliados de Lula que boa parte do Congresso preferiria o prazo de um ano e indicou que trabalharia para ajudá-los a passar a proposta com quatro anos.

Alcolumbre e o senador Alexandre Silveira (PSD-MG) têm sido apontados como potenciais relatores da PEC. O nome do senador mineiro seria mais forte, no entanto, pela proximidade com o presidente do Senado, na avaliação de parlamentares.

A intenção do governo eleito é aprovar o texto na CCJ e no plenário do Senado no mesmo dia, na última semana do mês de novembro. Petistas afirmam que é preciso garantir votação expressiva na comissão para que a PEC seja levada ao plenário à tarde com força.

Pelas contas do PT, seria possível garantir, no mínimo, o apoio de 16 dos 27 integrantes da comissão. Reservadamente, interlocutores de Lula afirmam, no entanto, que o número poderá ser bem maior, e que a base de Bolsonaro terá dificuldades para votar contra uma medida que envolve o Bolsa Família.

O plano do partido é falar individualmente com todos os membros da CCJ e aproveitar o esforço concentrado do Senado, na semana que vem, para buscar os demais senadores, incluindo o filho mais velho do presidente, Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A tarefa de conversar com os senadores foi dividida entre o líder da sigla no Senado, Paulo Rocha (PT-PA), o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) - escalado para negociar o Orçamento de 2023- e o senador Jaques Wagner (PT-BA).

A ideia é deixar claro que o debate, a partir de agora, após a apresentação da minuta da PEC, não estará restrito ao PT, e que o texto é apenas um esboço. Cada senador, segundo um dos interlocutores de Lula no Congresso, será tratado como uma "instituição".

Rocha, por exemplo, ficou com a missão de falar com o líder do governo Bolsonaro, Carlos Portinho (PL-RJ), que reclamou à Folha que o texto estava sendo discutido em uma "confraria do PT".

Outros líderes fizeram reclamações semelhantes ao presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O parlamentar relatou a interlocutores de Lula que muitos senadores criticaram a condução da articulação política do governo eleito, e estão se sentindo excluídos por não terem sido procurados.

Depois das críticas, Rocha e Portinho conversaram nesta quinta. O parlamentar do PL disse que o governo eleito "perdeu tempo", mas afirmou que a base de Bolsonaro está disposta a conversar sobre a manutenção do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600 e sobre a recomposição do salário mínimo.

O líder do governo atual reclamou, no entanto, do prazo de quatro anos para o benefício social ser mantido fora do teto, e cobrou uma definição acerca do Ministério da Economia. Portinho também criticou a intenção da equipe de Lula de votar a PEC na CCJ e no plenário do Senado no mesmo dia.

Embora outros senadores estejam ajudando na articulação, como Alexandre Silveira (PSD-MG), Carlos Fávaro (PSD-MT) e o próprio presidente da CCJ, petistas avaliam que os parlamentares também fazem questão de conversar com o grupo que está no entorno de Lula para se sentirem prestigiados.

O PT conta ainda com o apoio da senadora Simone Tebet (MDB-MS) para a articulação no Senado. Tebet -candidata derrotada à Presidência que apoiou Lula no segundo turno e hoje integra a equipe de transição na área de desenvolvimento social- foi presidente da CCJ antes de Alcolumbre e hoje é membro titular da comissão.

Há uma preocupação com o prazo apertado para aprovar a PEC. No cenário mais otimista, com pouca obstrução da oposição bolsonarista, o texto seria promulgado em três semanas. O grupo com líderes do

Senado e da Câmara ajudaria a conciliar posições e aparar eventuais arestas.

No Senado, dois nomes são apontados como potenciais relatores da PEC: o de Alcolumbre e o de Silveira. O do senador mineiro seria mais forte pela proximidade com o presidente do Senado, na avaliação de parlamentares.

Senador Marcelo Castro e vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, em reunião no Congresso - Adriano Machado - 16.nov.2022/Reuters

CONGRESSO QUER DEFINIR PARA ONDE VÃO RECURSOS LIBERADOS COM A PEC

Líderes do Congresso já articulam outra alteração no texto da PEC. Eles querem dar poder ao Legislativo para também definir como serão gastos os recursos a serem liberados no Orçamento de 2023.

Um artigo incluído na versão preliminar da PEC prevê que apenas o governo de transição poderá indicar mudanças no projeto de Orçamento para prever quais programas receberão os R\$ 105 bilhões de despesas a serem liberados.

O dispositivo irritou principalmente aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O argumento de parlamentares é que esse mecanismo é uma espécie de antecipação de mandato de Lula, e que cabe ao Congresso aprovar o Orçamento. Portanto, deputados e senadores também devem ter o poder na distribuição dos recursos.

Pela versão costurada por Alckmin, que coordena a transição, o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), seria o responsável por acatar ou não as indicações do governo eleito. Castro é aliado de Lula.

Uma ideia que vem sendo debatida por líderes do Centrão é retirar todo esse dispositivo ou dar o mesmo poder de Castro ao presidente da CMO (comissão mista de Orçamento), deputado Celso Sabino (União Brasil-PA), que é próximo de Lira.

A equipe de Lula quer usar esses recursos para conceder um aumento real (acima da inflação) para o salário mínimo em 2023.

Thiago Resende , Julia Chaib , Idiana Tomazelli , Thaísa Oliveira , Matheus Teixeira e Danielle Brant

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50099&anchor=6467895&_ga=2.27428922.702320897.1668687461-

**1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&p
d=78f8e20e46476656573a2f1490b4f5d4**

Lira tem colaborado e pode compor base de Lula, diz líder do PT



Ranier Bragon *brasilía*

ENTREVISTA: Reginaldo Lopes, 49 Economista, é deputado federal por MG desde 2003. Líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados, é autor do projeto que deu origem à Lei de Acesso à Informação

-

O líder do PT na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (MG), 49, diz não haver incoerência ou obstáculo para que Arthur Lira (PP-AL) integre a futura base de sustentação de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O atual presidente da Câmara foi um dos principais apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), mas agora ensaia trocar de barco como forma de consolidar a sua reeleição ao cargo, em fevereiro.

Afirmando que o PT não deve ter candidato, Lopes diz que Lira "sempre tem viabilizado e tentado contribuir com os governantes, com os presidentes."

*

O sr. defende que o PT faça uma aliança com Arthur Lira? Eu tenho defendido que o PT tenha uma pauta legislativa, que vai ao encontro do programa vitorioso do presidente Lula, e que o partido apresente essa pauta para os candidatos a presidente da Câmara.

O próprio Lula tem dito que as disputas da Câmara e do Senado são uma questão interna das Casas e que

cabe às bancadas do PT [no Congresso] conduzir esse processo.

O PT vai ter candidato? Caminha para não ter candidato. O partido compreende que o mais importante neste momento é estabelecer parcerias na Câmara que deem a Lula governabilidade. Essa governabilidade se dará a partir de uma pauta pública, transparente, que represente os anseios do povo brasileiro para esses próximos quatro anos.

Qual é o cerne dessa pauta? Primeiro, evidente, é viabilizar o governo de 2023. O Orçamento que foi enviado pelo governo atual tem furo em vários ministérios, em várias ações das políticas públicas. É impossível governar com a proposta orçamentária que veio.

O que nós estamos construindo nesse primeiro momento é apoio para tramitação e aprovação da PEC da Transição. Essa PEC permite ao presidente Lula honrar o compromisso do Bolsa Família de R\$ 600 e também o apoio às famílias que têm mais crianças.

O presidente Lula, nos debates e na sua campanha, deixou muito explícito que é preciso resolver o problema da fome; e valorizar o salário mínimo para a economia voltar a crescer.

Também resolver a carência de recursos no Ministério da Educação para várias iniciativas, entre outras ações.

Qual foi a receptividade de Arthur Lira a essas ideias? Uma postura extremamente colaborativa. O presidente Arthur Lira reafirmou sua trajetória política de 30 anos, que sempre foi republicana, comprometida com os interesses do país.

E reafirmou ali [encontro entre Lula e Lira, em Brasília, em 9 de novembro] o que ele manifestou na noite da eleição, reconhecendo imediatamente a vitória do presidente Lula. Disse que a partir desse reconhecimento ele entendia que é muito legítimo que aquilo que foi vencedor nas urnas possa ser viabilizado ainda nesta legislatura, e que ele era um colaborador dessa agenda.

Que formato de PEC o sr. defende que seja aprovado? Por princípio, e não estou falando em nome do

governo, acho que o Brasil deveria modernizar a sua legislação fiscal. Trazer para as metas fiscais o debate sobre as metas sociais. Acho que transferência de renda deve ser um princípio que, tanto nas atuais como nas futuras regras fiscais, deveria ficar de fora [do teto de gastos].

Nós temos quatro regras fiscais: meta primária, regra de ouro, Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos. Acho que o presidente Lula pode debater no próximo ano unificar em uma única regra, mais moderna, e que possa ter previsibilidade e credibilidade.

O que o sr. achou da reação do mercado às declarações de Lula sobre a política fiscal? Eu não compreendi. O presidente Lula repetiu o que ele tem defendido desde a criação da regra do teto de gasto. Por que se tornou inviável e em seu segundo ano já foi alterado? Porque o Brasil perdeu o controle da **inflação**, teve um aumento das despesas obrigatórias, que ocupou o espaço das despesas discricionárias.

Então, se essa regra não for revista ou se não abrir uma excepcionalidade igual o Bolsonaro abriu três vezes, você para o país. Você vai ter o professor recebendo salário, mas não vai ter energia, água, insumos na saúde etc.

O mercado precisa ter essa compreensão e essa sensibilidade. A menos que todo mundo ache normal um dos países que mais exportam alimentos no planeta deixar as pessoas morrerem com fome, deixar 10 milhões de crianças dormir com fome; ou que a universidade não pague conta de luz, de água.

A PEC da Transição será um laboratório do que vai ser a futura base de Lula no Congresso? Sim, parte dela. Temos duas grandes tarefas. A primeira, ajustar o Orçamento a partir dos desejos manifestado pelo povo brasileiro nas urnas. A segunda, já na nova legislatura, consolidar uma base sólida que dê ao presidente Lula quatro anos de governabilidade.

Essa base sólida é possível sem o centrão e Lira? Parte dos políticos que compõem o centro ou o centrão sempre são muito sensíveis às manifestações populares, às manifestações das ruas. Eu acredito que é possível que parte desses parlamentares vote pontualmente em algumas propostas do governo ou tenha um reposicionamento e componha em definitivo a base do governo do presidente Lula.

O sr. vê alguma incoerência ou obstáculo em Lira fazer parte dessa base? Eu acredito que não. Arthur Lira sempre tem viabilizado e tentado contribuir com os governantes, cornos presidentes. Fez assim no passado, com a própria presidenta Dilma [Rousseff], e

ajudou muito o governo do Bolsonaro.

O que ele pediu em troca desse apoio? Nada. Ele falou que via no gesto do presidente Lula o diálogo. Ou seja, eu também concordo com o presidente Arthur Lira. Lula reinaugurou uma nova fase na República brasileira, que é o respeito às instituições, aos Poderes, às lideranças.

Quando, antes de apresentar o projeto [da PEC], ele procura o presidente da Câmara dos Deputados, depois procura presidente do Senado, o Supremo, o Tribunal Superior Eleitoral, isso demonstra como o presidente Lula estabelece uma nova relação da democracia brasileira -que é uma relação de respeito e de muito diálogo. Isto derruba qualquer dificuldade de governabilidade.

É bom lembrar que a primeira fotografia que o presidente Lula buscou no momento em que ele decidiu ser candidato foi a fotografia de um antigo adversário, o governador Geraldo Alckmin [vice eleito]. Ele sinalizava ali que queria ser presidente de um amplo movimento que pudesse reconstruir o Brasil e reafirmar os valores da democracia.

Qual é a diferença do PT de 2003 para o PT de 2023? É um partido mais maduro, mais caledado, um partido que sabe que não pode errar em nada. Que precisa fazer mudanças mais estruturantes do que foi feito no passado e avançar ainda mais.

É evidente que o Brasil tem ainda alguns desafios do passado. Por exemplo, é muito rico para deixar algum brasileiro passando fome. Isso é inaceitável.

A gente pode melhorar muito mais ainda no próximo governo. O próprio presidente Lula sabe disso, que se ele fizer igual ou empatar, ele perde o jogo. Ele precisa fazer mais do que já fez no passado.

"O partido compreende que o mais importante neste momento é estabelecer parcerias na Câmara que deem a Lula governabilidade"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50099>

PEC pode levar dívida pública a bater 90% do PIB no mandato de Lula

Bernardo Caram *Marcela Ayres*

BRASÍLIA | REUTERS

A PEC da Transição apresentada pelo governo eleito para liberar despesas fora do teto de gastos tem potencial para gerar uma tendência de alta expressiva no endividamento público do país, além de pressionar a **inflação** e dificultar o trabalho do Banco Central, avaliam analistas ouvidos pela Reuters.

Cenários desenhados por economistas que acompanham as contas públicas apontam que o texto apresentado na quarta-feira (16) pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin pode levar a dívida bruta do governo, hoje em 77,1% do **PIB**, a 90% ao fim dos quatro anos de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

É o que prevê o diretor de macroeconomia do Goldman Sachs para a América Latina, Alberto Ramos, que estimou um avanço da dívida bruta para 83% a 84% do **PIB** já no fim do ano que vem. Ele avaliou que esta é uma "tendência preocupante", após a versão da PEC apresentada na véspera ter representado "um começo muito arriscado" para o governo eleito.

Além de tirar o programa Bolsa Família do teto de gastos por prazo indeterminado, num acréscimo de R\$ 175 bilhões nas despesas, a PEC também estipulou que parte das receitas decorrentes de eventual excesso de arrecadação será alocada para investimentos públicos, abrindo espaço em 2023 para mais R\$ 23 bilhões em gastos, também fora da regra do teto.

Os mercados reagiram fortemente nesta quinta-feira (17), com tombo do Ibovespa e alta do dólar, variável que acarreta mais pressão inflacionária sobre a economia.

"Isso reduz a liberdade para o Banco Central gerenciar a política monetária. Na melhor das hipóteses, poderia atrasar a entrega de cortes na taxa de juros, mas no extremo também poderia levar à situação infeliz em que o Banco Central teria que aumentar a Selic novamente", disse Ramos.

O BC deixou a taxa básica de juros estacionada em 13,75% nas suas duas últimas reuniões de política

monetária, após 12 altas consecutivas que a tiraram da mínima histórica de 2% em março de 2021. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem defendido enfaticamente a necessidade de equilíbrio fiscal, destacando que o fator é crucial para uma trajetória mais benigna da **inflação**.

A economista da consultoria Tendências Juliana Damasceno afirmou que a instituição mudou a avaliação do seu cenário macroeconômico de neutro para pessimista após as declarações de Lula na última semana com críticas ao teto e indicando um foco nos gastos sociais em detrimento da questão fiscal.

Como a PEC não prevê um prazo delimitado de vigência para a exceção ao teto, além de não apresentar contrapartidas para esses gastos adicionais, Damasceno também projeta que a dívida bruta do governo atingirá aproximadamente 90% do **PIB** em 2026.

"É um avanço muito rápido da dívida em um período muito curto e que deteriora as outras condições. A gente começa a ter uma precificação de risco maior, isso bate nos nossos ativos, que acabam depreciando, mexe em juros e em **inflação**, o que vai demandar uma regra (fiscal) ainda mais rígida", disse.

Se confirmado, este será um forte avanço ante o patamar de 76,2% do **PIB** esperado para a dívida bruta ao fim deste ano, nos cálculos do Tesouro, número que deverá ser ajudado por uma devolução de recursos do BNDES e pelo expressivo salto na arrecadação em meio à alta de commodities.

No seu pico histórico, a dívida bruta brasileira atingiu 89% do **PIB** em outubro de 2020, em meio aos vultosos gastos com a pandemia, de acordo com dados do Banco Central.

A deterioração fiscal também representará um descolamento adicional do Brasil em relação a países emergentes de renda média, que têm dívida bruta ao redor de 65% do **PIB** segundo o FMI, que utiliza outros parâmetros e já vê a dívida bruta brasileira em 88% do **PIB** hoje.

A IFI (Instituição Fiscal Independente), ligada ao Senado, fez análise preliminar da PEC e trabalha com um cenário de aumento menos drástico de gastos,

considerando que o espaço aberto no teto será mais amplo do que a própria capacidade de desembolso do governo.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50099&anchor=6467895&_ga=2.27428922.702320897.1668687461-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&pd=78f8e20e46476656573a2f1490b4f5d4

PEC é alvo de críticas de economistas; "Se Bolsa cair, paciência", reage Lula

I LUIZ GUILHERME GERBELLI, DANIEL TOZZI MENDES, ITALO BERTÃO FILHO e MARIANNA GUALTER I CLARICE COUTO e EMILIO SANT'ANNA

Economistas fizeram ontem duras críticas ao texto preliminar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição enviado ao Congresso Nacional e às falas recentes do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que voltou a criticar o teto de gastos - a regra que limita o crescimento das despesas públicas à **inflação**.

A leitura dos analistas é de que o texto da PEC da Transição e as declarações do presidente eleito reforçam as incertezas sobre o rumo das contas públicas do País, na medida em que indicam um aumento da dívida pública. Também podem colocar em xeque a previsão de corte da Selic (a taxa básica de juros) em 2023.

O tom crítico partiu também de economistas que, no segundo turno das eleições, declararam apoio ao então candidato petista. "A esmagadora maioria dos economistas que apoiaram o presidente Lula no segundo turno é contra os termos dessa proposta", afirmou Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz - que foi secretário do Tesouro em 2006, no segundo mandato de Lula.

Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, Arminio Fraga, Edmar Bacha e Pedro Malan - que participaram da implantação do Plano Real - criticaram a postura de Lula.

Ao lado de Persio Arida, hoje na equipe de transição, os três divulgaram no início de outubro uma nota conjunta em que declararam voto no petista. À época, diziam que a expectativa era de uma "condução responsável da economia".

"O teto de gastos não tira dinheiro da educação, da saúde, da cultura, para pagar juros a banqueiros gananciosos.

Não é uma conspiração para desmontar a área social", escreveram agora Arminio, Bacha e Malan.

Ontem, no Egito, ao participar de um evento promovido na 27.ª Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, Lula defendeu a PEC

da Transição e questionou novamente a regra fiscal do País, sem ainda indicar o que pretende colocar no lugar. "Vai aumentar o dólar e cair a Bolsa?

Paciência", disse (leia mais nesta página). Em declaração dada na quarta-feira, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin afirmou que a discussão sobre uma nova âncora fiscal só terá início em 2023.

FORA DO TETO.

Apresentada na noite de quarta-feira ao Congresso, a PEC da Transição exclui o Auxílio Brasil, que será rebatizado de Bolsa Família, do teto de gastos de forma indefinida.

A proposta possibilita ainda a ampliação das despesas se houver aumento da receitas.

Pelo texto, cerca de R\$ 200 bilhões poderiam ficar fora da regra fiscal em 2023.

"Esse pedido de waiver (licença para gastar) parece bastante exagerado. Se fosse para manter R\$ 600 (para o Auxílio), poderíamos pensar em R\$ 52 bilhões, mas estamos falando em 2% do PIB para um país que está com dívida/PIB bastante alta e juros bastante elevados, colocando o Brasil em uma trajetória insustentável em relação a sua dívida", disse Solange Srouf, economistachefe do banco Credit Suisse.

No mercado financeiro, o texto da PEC foi recebido com bastante pessimismo, porque o montante que será gasto fora do teto veio acima do esperado.

Logo depois da eleição de Lula, a expectativa era de um gasto extra pouco superior a R\$ 100 bilhões. Na semana passada, o número sinalizado pela equipe de transição subiu para R\$ 175 bilhões.

"Com quase R\$ 200 bilhões (fora do teto) e sem sinais muito claros de como será administrado o novo regime fiscal, a tendência será de o governo Lula começar mal", avaliou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

A sessão de ontem do mercado financeiro foi marcada pelo mau humor dos investidores, embora o tom negativo tenha diminuído ao longo do dia. O dólar avançou 0,37%, cotado a R\$ 5,40. Na máxima,

chegou a R\$ 5,52. Já o Ibovespa, principal referência da Bolsa, caiu 0,49%, aos 109.703 pontos.

O estresse também ficou evidente no comportamento dos juros futuros, que também subiram com força - indicando que a Selic pode demorar mais para cair ou até subir diante do quadro fiscal incerto.

"A PEC anunciada é ruim.

Não é só um waiver. É uma alteração do arcabouço fiscal, sem um ministro (da Fazenda) nomeado, e no meio de um cenário internacional complexo", diz Gabriel Leal de Barros, economista- chefe da Ryo Asset.

DÍVIDA PÚBLICA.

Se texto da PEC não for alterado, a Armor Capital avalia que a dívida bruta do País pode chegar a 95% do **PIB** até 2026. Neste ano, a previsão é de que fique em torno de 77% do **PIB**. "É uma trajetória de crescimento da dívida muito expressiva nos próximos anos", diz Andrea Damico, sócia e economista-chefe da Armor Capital.

O Brasil já tem uma dívida elevada para uma economia emergente. Na prática, esse cenário faz com que os investidores aumentem a percepção de risco em relação ao futuro da economia brasileira, o que pode levar a uma saída de recursos do País, com impactos diretos no câmbio, na **inflação** e, conseqüentemente, na Selic.

"No médio e no longo prazos, o que o País pode colher é uma situação macroeconômica pior, e esse cenário acaba pesando no colo dos mais vulneráveis", disse Juliana Damasceno, economista da consultoria Tendências. "Não podemos ter mais **inflação** e juros se quisermos que o Brasil retome a sua capacidade de crescimento sustentável." A expectativa dos analistas é de que a PEC deve "desidratar" ao longo da tramitação no Congresso, o que ajudaria a reduzir o montante de R\$ 200 bilhões fora do teto de gastos.

"A única esperança parece ser que o bom senso venha do Congresso e adie uma discussão tão complexa e profunda para a próxima legislatura, e não a faça em toque de caixa meramente visando o interesse político, não fundamentado pelo lado técnico", afirmou Kawall.

Eleito diz que, se não resolver "os problemas sociais, não vale a pena"

Depois de ter questionado "a tal da estabilidade fiscal", o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a criticar ontem o cumprimento do teto de gastos em

detrimento da destinação de recursos para a área social.

"Se não resolvermos os problemas sociais, não vale a pena recuperar esse País.

Não adianta só pensar em responsabilidade fiscal, temos de pensar em responsabilidade social", afirmou ele, durante evento na 27.ª Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-27), no Egito.

"Para cumprir o teto fiscal, geralmente é preciso desmontar políticas sociais, e não se mexe com o mercado financeiro. Vai aumentar o dólar e cair a Bolsa? Paciência.

Mas o dólar não aumenta ou a Bolsa cai por causa das pessoas sérias, e sim dos especuladores." Lula acrescentou que é preciso ter uma meta para o controle da **inflação**, mas também uma para o crescimento da economia. "Temos de ter algum compromisso com a geração de renda, com aumentar o salário mínimo acima da **inflação**. Quero provar que é possível acabar com a fome outra vez, gerar empregos." Na semana passada, Lula já havia defendido que é preciso colocar a questão social na frente de temas que interessam, segundo ele, apenas ao mercado financeiro.

Mantega pede para sair de equipe de transição

O ex-ministro Guido Mantega pediu para deixar a equipe de transição do governo Luiz Inácio Lula da Silva, à qual havia se integrado de forma voluntária.

A decisão foi revelada pela coluna de Mônica Bergamo, na Folha de S. Paulo, e confirmada pela assessoria de comunicação do governo de transição.

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) ligou para Mantega para agradecê-lo.

Mantega não poderia receber pelo trabalho na transição, pois foi punido, em 2014, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no episódio das "pedaladas fiscais", que culminou com o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).

"Em face de um procedimento administrativo do TCU, que me responsabilizou indevidamente, enquanto ministro da Fazenda, por praticar a suposta postergação de despesas no ano de 2014, as chamadas pedaladas fiscais, aceitei trabalhar na equipe como colaborador não remunerado", disse. Mesmo assim, disse o ministro, "essa minha condição estava sendo explorada pelos adversários, interessados em tumultuar a transição e criar

dificuldades para o novo governo", escreveu Mantega em carta enviada a Alckmin.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

País tem 2,6 milhões à procura de vaga há mais de 2 anos

GLAUCE CAVALCANTI glauce@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Novo governo britânico dá guinada e aumenta impostos

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Quem vai pagar pela PEC da transição? - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187384?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187384?page=1§ion=1>